

GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: O PROGRAMA ALFA E BETO

HILAL, Renata Delucis¹; HYPOLITO, Álvaro Moreira Dr. Prof. ²

¹Universidade Federal de Pelotas/ISP; ²Universidade Federal de Pelotas/FaE
renatadhn@gmail.com, alvaro.hypolito@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presença da Sociedade Civil, no Brasil, de forma orgânica - ativa, se dá a partir das últimas décadas do séc. XX. Isso ocorre muito em função do cenário político, com o fim do regime ditatorial e com o crescimento das políticas neoliberais. A teoria neoliberal propõe uma estratégia de descentralização do Estado, acreditando que o mesmo há tempos se encontra em crise. Para o Neoliberalismo, a solução da crise seria a reforma do Estado e a diminuição de sua atuação. A responsabilidade pela execução das políticas sociais torna-se, assim uma função do setor privado, por meio de privatização, ou por uma relação de parceria público-privada. Após a difusão do Neoliberalismo, surge a Terceira Via, que incorpora a teoria neoliberal e propõe, também como uma estratégia para a crise, um terceiro setor: instituições da sociedade civil com ou sem fins lucrativos, que farão parceria com o Estado, com a justificativa de promover os direitos sociais. Em decorrência da presença ativa desses setores da sociedade civil e com o crescimento das políticas neoliberais, novos agentes surgem no espaço público: diferentes instituições, na forma de organizações, comprometidas com o Público, que procuram se relacionar com o Estado e com o mercado.

O objetivo central desta pesquisa é analisar as políticas na educação do Rio Grande do Sul, nos anos de 2007 a 2010, a partir da parceria entre o público e o privado, investigando as visões conservadoras e a forma como algumas dessas políticas afetam a gestão escolar. A pesquisa utiliza como meio de análise, programas e estratégias de ensino, firmados a partir da parceria do público e do privado, considerando a visão governamental e analisando a sua execução em contextos escolares locais.

A pesquisa analisa os objetivos dos programas Instituto Ayrton Senna (SP), Instituto Alfa e Beto (MG), Grupo de Estudo sobre Educação Metodologia de Pesquisa e Ação – GEEMPA (RS), e Fundação CESGRANRIO (RJ), buscando revelar as conseqüências dessa parceria para a gestão educacional, discutindo a relação do público e do privado na educação. Os programas analisados possuem como características semelhantes a ação em escolas públicas estaduais e municipais no Rio Grande do Sul, visando construir habilidades cognitivas em leitura/escrita e matemática, tendo como finalidade a alfabetização. A análise dos referidos programas foi dividida entre membros do grupo de pesquisa. Este trabalho analisou o Instituto Alfa e Beto, de iniciativa privada, que possui o foco em programas de alfabetização, tendo como parceria instituições públicas e privadas.

Os textos trabalhados basearam-se nos estudos de Marques (2008); Apple e Beane(2001); Pires(2009); Amaral(2010); Castro (1999); Costa (1997). Dall’Igna, M. A. e Cossio, M. F. Souza (2003).

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A partir de encontros semanais entre o grupo de pesquisa, foram discutidos e estudados textos propostos que abordavam o conteúdo do projeto. Estado Gerencial e Reestruturação Educacional: as políticas educativas e curriculares na Rede de Ensino Público Estadual do RS. Nestes encontros foram utilizados autores, dissertações e teses (mestrado e doutorado), como ferramenta de aperfeiçoamento teórico. Nessas reuniões, foi apresentado e analisado o programa Instituto Alfa e Beto (IAB).

A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise de documentos oficiais, estudos de outras pesquisas e literatura especializada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O IAB é um instituto privado do estado de Minas Gerais, existente há mais de 40 anos, que possui foco na alfabetização, com atuação tanto em instituições públicas como privadas. Ele surge em 2007 no estado do Rio Grande do Sul, através do contrato entre o governo e o instituto, tendo como proposta desenvolver projeto de alfabetização com crianças de 6 e 7 anos, e como objetivo alcançar as metas estabelecidas pelo Compromisso Todos pela Educação; aderidas pelo PDE do MEC/ Brasil.

O IAB se volta para os professores e futuros professores alfabetizadores. Segue o método fônico e afirma ter como princípio a ciência cognitiva da leitura. O Instituto propõe materiais para a classe, para o aluno, para o professor, para a escola e para a Secretaria da Educação. O programa acredita que além de estabelecer e acrescentar o desenvolvimento metalingüístico e cognitivo do professor, também auxilia no gerenciamento da escola e da secretaria.

O Instituto Alfa e Beto de Alfabetização afirma ter como objetivo ajudar o professor a alfabetizar seus alunos, apresentando um método de ensino estruturado, com base: no Princípio Alfabético; na Decodificação; na Fluência de Leitura e Vocabulário; e na Compreensão da Caligrafia. Também são visados pelo Programa os aspectos pedagógicos, gerencias e práticos.

O professor recebe do IAB um Manual de Instrução, vídeos de instrução e uma agenda, como forma de auxílio na preparação e administração das aulas. Os alunos utilizam livros específicos e a escola recebe um conjunto de matérias/livros para ajudar no progresso das aulas e no gerenciamento do programa. A escola recebe também, para medir as dificuldades e o progresso, um conjunto de seis testes. O programa possui avaliações internas e externas, para medir seu desempenho e eficácia.

Como já mencionado, o programa Alfa e Beto surge para atuar na educação, fazendo uma parceria com o governo. Dessa forma, a responsabilidade pública deixa de ser, diretamente, do setor público, tornando-se o setor privado o responsável. De acordo com PIRES (2009, p.44).

O que se constata é uma alteração na relação entre o Estado e a sociedade, que vai alterar significativamente a lógica dentro dos sistemas de ensino. Os partidários da realização de parcerias entre o setor público e o privado defendem o argumento do aumento da eficiência na promoção do direito à educação. Entretanto, a escola se vê diante de uma lógica que não privilegia o ideário democrático do ensino, e sim da lógica de mercado e da competição, tendo como consequência a mercantilização dos sistemas de ensino.

Este trabalho questiona a implementação das políticas educacionais nas parcerias entre o público e o privado, e discute as conseqüências que a educação tem sofrido a partir da execução do ideário teórico neoliberal, o que tem interferido na prestação do ensino, na autonomia do professor e na gestão escolar.

4 CONCLUSÃO

O estudo feito do programa Alfa e Beto, vinculado como uma parceria público-privado, a partir da implementação das políticas educacionais, mostra a estrutura educacional nas escolas em que este programa atua. Estas políticas educacionais surgem após o crescimento da teoria neoliberal. Com a Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, a educação passa a utilizar programas privados ou públicos não-estatais como forma de estrutura da gestão escolar.

A partir dessa mudança, a educação passou a ser vista não mais como um direito do cidadão e sim como um “mercado”. Ou seja, a utilização do programa Alfa e Beto, na estrutura escolar, tende a caracterizar os alunos numa classificação homogênea. Não se vê a estrutura social dos alunos e nem a desigualdade existente no país, pois no momento em que se possui um mecanismo em que se é visto todo o aluno como um só – igual – sem ver as condições econômicas, social e cultural, o direito básico – a educação – não possui um peso e não se encontra adequada a estrutura real do aluno e da escola. Além disso, sempre existirá influencia na escola, em função de interesses econômicos e políticos, diminuindo a autonomia dos professores e da gestão escolar.

No Brasil, com relação à educação, o que se observa é, cada vez mais, a proliferação de parcerias entre o público e o privado, acabando por prevalecer, nos estabelecimentos de ensino, a lógica da competitividade, pois os alunos se tornam clientes de um serviço que lhe é prestado, a educação. (PIRES, 2009, p.46)

5 REFERÊNCIAS

APPLE, M; Beane, J. (Orgs). **Escolas Democráticas**. São Paulo/; Cortez, 2001.

AMARAL, Josiane, C. S. R. **A Política de Gestão da Educação Básica na Rede Estadual do Ensino do Rio Grande do Sul (2007 – 2010): O Fortalecimento da Gestão**. Porto Alegre, RS, Brasil. Doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CASTRO, M.H.G.de. O impacto da implementação do Fundef dos Estados e Municípios: primeiras observações. In. COSTA, V.L.C. (Org.). **Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento**. São Paulo: Fundap, Cortez, 1999.

COSTA, V.L.C. (org.) **Gestão educacional e Descentralização: novos padrões**. São Paulo: Cortez, Fundap, 1997.

DALL'IGNA, M. A; CÓSSIO, M. F. **Gestão da Educação e Democracia: Debates Contemporâneos**. Texto elaborado para apresentação no grupo de estudos em Gestão e Políticas da Educação/ UFPEL, s.d.

PIRES, Daniela. **Configuração Jurídica e Normativa da Relação Público - Privado do Brasil na Promoção do Direito à Educação**. Porto Alegre, RS, Brasil. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MARQUES, L. R. **Contribuições da Democracia Radical e da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Ao estudo da Gestão da Educação**. In: Daniel de Mendonça; Léo Peixoto Rodrigues. (Org.). **Pós Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 1º ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, v. p. 89-113.

SOUZA, S. Z. L. **Políticas de Avaliação da Educação e Quase Mercado no Brasil**. Educação e Sociedade, Campinas, vol.24, n.84, Set. 2003.

SOUZA, Fernanda Amaral de. **POLÍTICAS EDUCATIVAS, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE: o caso de um programa de intervenção pedagógica no Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2011. UFPel